

Universidade do Minho
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

Alves, A. (2006) 'Investigação e ensino da comunicação: A implicação necessária' in: *Actas do VII Congreso Internacional de Comunicación Lusófona*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, 21 e 22 de Abril.

Investigação e Ensino da Comunicação: a necessária implicação

Aníbal Augusto Alves

Resumo:

A revisão crítica dos programas, teorias e métodos de investigação da comunicação, tema proposto da sessão, é necessária tarefa permanente dos investigadores e suas organizações que requer critérios relevantes, complementares e operativos. O critério aqui adoptado consiste na convergência, que se julga indispensável, entre os objectos e métodos do ensino da comunicação na universidade e os objectos e métodos da pesquisa científica da comunicação no mesmo quadro académico. A necessidade daquela convergência deriva, por um lado, do próprio objecto unitário da disciplina de comunicação, e, por outro, do carácter crítico exigido ao conhecimento objecto de ensino universitário. Ora este carácter só é alcançável pela investigação científica. Nesta orientação, propõe-se uma indagação exploratória sobre a presença e ausência da convergência entre o ensino e a investigação da Comunicação na Universidade, considerando por um lado a história recente da emergência e desenvolvimento da área e, por outro lado, destacando algumas orientações recolhidas selectivamente das experiências e documentos das Comissões de Avaliação Externa das licenciaturas de Comunicação, bem como os da Avaliação dos Centros de Investigação da área de Ciências da Comunicação.

Palavras-Chave: Ciências da Comunicação; Avaliação dos Cursos Universitários; Investigação da Comunicação; Comunicação Social; Lusocom.

1. Introdução

O objectivo deste trabalho reflexivo é o de contribuir para o tema, proposto com assinalável pertinência, no programa, “Para uma revisão crítica dos programas, teorias e métodos de investigação”.

A revisão crítica dos programas, teorias e métodos de investigação da comunicação é uma indispensável tarefa permanente dos próprios investigadores e suas organizações científicas e académicas, bem como dos seus financiadores, particularmente os vinculados à administração de dinheiros públicos. Tal revisão pode basear-se em muitos critérios, sem prejuízo da sua relevância, especificidade e correspondente impacto.

O critério que aqui se propõe consiste na indispensável convergência que se advoga, entre os objectos e métodos do ensino da comunicação na universidade e os objectos e métodos da investigação científica, dimensão inerente à função e estatuto do professor titular de carreira pública. A necessidade daquela convergência deriva, por um lado, do próprio objecto unitário da disciplina de comunicação, e, por outro, do carácter crítico exigido ao conhecimento que é objecto do ensino universitário. Ora este carácter só é alcançável pela investigação científica. A esta luz e nesta perspectiva entendemos que o ensino e a investigação, na universidade, se implicam e determinam mutuamente.

Nesta orientação, propomo-nos realizar uma indagação exploratória sobre a referida convergência entre o ensino e a investigação da Comunicação na Universidade, levando em conta, por um lado, a história recente da emergência e do desenvolvimento da área e, por outro lado, algumas orientações recolhidas selectivamente das experiências e dos relatórios das Comissões de Avaliação Externa das licenciaturas de Comunicação, bem como das Classificações e Relatório do Painel de Avaliação dos Centros de Investigação da área de Ciências da Comunicação.

2. Ensino e investigação da Comunicação: emergência e tendências.

2.1. O ensino, em primeiro lugar.

O surgimento da área de estudos de comunicação em Portugal, é recente e afirmou-se, principalmente, através de cursos de ensino superior. O fenómeno da “explosão” dos cursos de comunicação, no ensino superior, nos últimos 20 anos do século passado, foi tão surpreendente, heteróclito e confuso, como pujante em número de estudantes e de projectos. O assunto está referenciado em vários trabalhos, entre ao quais, os de Garcia e Castro (1993)¹, Garcia (1994)², Mesquita (1994)³, Rodrigues (1994)⁴, Alves (1995)⁵,

Mesquita e Ponte (1996)⁶, Fidalgo (1998)⁷, Pinto e Sousa (1998)⁸, Rebelo (2002)⁹, Pinto (2004)¹⁰, Fidalgo (2004)¹¹, Cascais (2004)¹².

Restringimo-nos, para o presente propósito, a notar que este ensino, de início e de modo geral, não se encontrava associado à investigação. Referimo-nos à investigação como quadro instituído e programado, não relevando, naturalmente, para o caso, a “suposta” investigação que todo o ensino, e particularmente o universitário, em princípio implica. Mas do princípio não decorre, necessariamente a prática. Na manifesta ausência desta há que reconhecer que a área de comunicação emerge, em primeiro lugar, como ensino. E deverá acrescentar-se que assim prosseguiu, por largo período, tão largo, pelo menos como o que precede a elaboração das primeiras teses de mestrado e de doutoramento, na sequência da instituição destes graus e respectivos cursos e programas de pesquisa conducentes às respectivas provas.

Poderia certamente não ter sucedido deste modo. Valeria a pena perguntar com que critérios se criaram estes cursos, sob que iniciativas e autorização legal se abriram, como se encontraram professores competentes, como surgiram os seus alunos, ou outras interrogações que levem a uma compreensão mais esclarecida do interessante e, indubitavelmente significativo processo. A indagação histórica, para que os trabalhos referidos entre outros já forneceram dados relevantes, há-de trazer por certo esclarecimentos que permitam compreender, de modo especial, porque esteve a investigação da comunicação, geralmente, ausente da emergência da nova área de estudos.

2.2. A reflexão sobre o crescimento da área de estudos de comunicação

De todo o modo, a própria “multiplicação” dos cursos, designadamente no auge da proliferação de iniciativas por parte de Instituições de Ensino Superior Privado e Cooperativo, suscitou, por meados da década de 90 movimentos de reflexão com intuítos de interpretação e de alguma eventual “auto-regulação” do sector¹³. Era, no entanto e salvo melhor juízo, a questão do ensino que exigia cuidado.

Foi neste contexto que, em 1997, deixando agora por referir elementos pertinentes de enquadramento do acontecimento, teve lugar a criação de uma associação dos investigadores de ciências da comunicação – que viria a ser publicamente instituída em 1998, como Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação – SOPCOM. Cremos que este acontecimento constituiu um marco de grande importância para a transição da predominância do ensino na área de comunicação para a valorização da investigação.

Não será necessário lembrar que a associação, longe de surgir do vazio, nasce da preocupação de docentes a braços com a valorização da sua ciência e a busca da qualidade do seu ensino e correlativo desenvolvimento científico. Nem é despidendo que se tratava, predominantemente de docentes de carreira, estatutariamente obrigados à investigação exigida pela natureza do “ensino superior universitário”.

Não é momento para explicitar o contributo, já visível, da SOPCOM para a promoção e desenvolvimento da investigação nas ciências da Comunicação. O acontecimento que hoje nos congrega na Universidade Compostelana, - O Sétimo LUSOCOM, Congresso da Federação das Associações de Comunicação dos Países Lusófonos, irmã gémea ou, em todo o caso, coetânea da SOPCOM, exprimirá com a eloquência do acto exercido, o efeito benéfico da nossa associação científica sobre a investigação em comunicação. Também as Actas dos Congressos das nossas Associações testemunham no mesmo sentido.

Tanto bastaria para vermos a nossa área, na sua vertente ensino, como na sua vertente, investigação, em adequado equilíbrio e mútuo apoio? Pensamos que não. Sinais visíveis e bem fundados sustentam esta posição. Vamos explicitá-los a partir das indicações fornecidas pelas instâncias de avaliação externa, expressas nos respectivos relatórios. O nosso recurso a estes textos (e, eventualmente, seus contextos) será, naturalmente, selectivo. Importa-nos, particularmente, recuperar a partir deles, a necessidade e urgência de prosseguir na valorização e implementação da investigação na nossa área de estudos. Delas, depende, na nossa convicção, a própria maturação, identidade e independência da Ciência da Comunicação.

3. A avaliação da Comunicação

A instituição da avaliação sistemática das instituições de ensino e de investigação constitui incontestavelmente notório progresso, em geral, e particularmente sob o ponto de vista científico, pedagógico e social. As eventuais deficiências das ferramentas de conceito, de metodologia de aplicação, não deveriam provocar dúvida sobre o imperativo de avaliar e a necessidade de progressivamente alcançar as medidas mais adequadas para uma avaliação consistente, adaptada, justa e produtiva. Uma avaliação concebida e aplicada sob o desígnio inconfundível de promover a boa qualidade dos programas avaliados. Não se alcança, geralmente, a “boa forma” nos exercícios iniciais. Aceitando aprender com o erro, as instituições já têm ao seu dispor, valiosos elementos para afinar os instrumentos de avaliação. Por outro lado, as orientações que as avaliações já efectuadas conseguiram formular e fundamentar constituem, como parece

sentimento comum, aquisição muito positiva e benéfica, não só para as unidades avaliadas, no seu particular, mas para toda a comunidade. A este respeito, a publicação dos processos e resultados, revela-se de grande e insubstituível alcance.

É, aliás, neste sentido, que alguns parâmetros e resultados das Avaliações Externas, quer do ensino, quer da investigação, nos servirão de ensinamento para a presente reflexão.

3.1. A avaliação dos Cursos

A avaliação dos cursos de licenciatura em comunicação foi realizada por duas vezes, sendo a primeira em 1999, e a segunda em 2005. Os cursos do Ensino Politécnico também foram já avaliados duas vezes¹⁴. Não nos referiremos aqui a estes últimos cursos. A primeira avaliação externa teve por objecto apenas os cursos do Ensino Público e da Universidade Católica, num total de seis cursos cujo tempo de funcionamento já permitira ter formado licenciados, ou seja, um mínimo de funcionamento de quatro ou cinco anos, conforme a duração curricular do curso. A segunda avaliação das licenciaturas ocorreu em 2005, tendo por objecto um total de 16 cursos, do Ensino Público, do Ensino Particular e Cooperativo, e da Universidade Católica.

A documentação relativa aos processos de avaliação está disponível na Internet, nos sítios próprios da Fundação das Universidades Portuguesas (FUP), da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES), bem como do próprio Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), designadamente, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Para aí remetemos, especialmente para os Relatórios da Comissão de Avaliação Externa (CAE), sendo que também nos orientamos, na presente reflexão, pela experiência pessoal que nos foi permitida nos dois processo de avaliação. É inegável que a nossa percepção terá o seu grau de selectividade, mas confiamos que este não comprometerá em demasia a justeza dos dados relevados e menos ainda o sentido a eles atribuído. Estaremos, de todo o modo, limitados a traços suficientemente salientes para que o eventual desvio não seja significativo.

Os aspectos mais interessantes para a análise da relação Ensino – Investigação que julgamos poder destacar a partir das duas avaliações são os seguintes:

1º - A irrelevância da investigação.

Limitar-nos-emos aqui a dois indicadores. No respeitante à primeira avaliação, o dado mais saliente é que no conjunto dos cursos, com alguma excepção, a organização e os

resultados efectivos revelam investigação diminuta e não parecem interagir com o ensino ministrado. Em associação com este facto pode ser evocada a recomendação da Comissão para a formação e promoção do pessoal docente especializado na área de comunicação, verificada a sua inexistência ou pequena expressão.

Na segunda avaliação, regista-se claramente um novo quadro organizativo e resultados de mérito reconhecido em vários cursos ou seus departamentos ou centros de investigação associados. Mas, notoriamente, a investigação não aparece como categoria na própria concepção do quadro conceptual da avaliação, designadamente nas dimensões explicitadas para classificação específica.

Isto mesmo foi devidamente sublinhado no próprio Relatório Síntese Final¹⁵ Entretanto, deve notar-se, a Comissão teve o cuidado de suprir esta “falta”, projectando a dimensão da investigação na avaliação do corpo docente. Permanece, todavia, que a ausência de explicitação exprime subestima ou, pelo menos, não valoriza, como seria exigível em matéria de ensino universitário, a conexão da investigação científica com o ensino.

2.º - O carácter indefinido do domínio específico dos cursos de comunicação.

Na primeira avaliação este aspecto suscitou grande interesse nos trabalhos da Comissão Externa em conjunto com as Comissões Internas dos Cursos e ganhou relevo no Relatório, principalmente sob a questão do “tronco comum” e tópicos conexos.

Na segunda avaliação, a questão não mereceu, em nosso entender, semelhante destaque, mas não deixou de se colocar, como pode ver-se pelos dois seguintes apontamentos, merecedores de alguma indagação:

O primeiro consiste no episódio de a Comissão ter deparado, já no decurso da visita institucional, com um curso, cuja natureza não permitia inclui-lo na área dos cursos de comunicação e, conseqüentemente, sob a adequada competência de avaliação da CAE. O caso foi ultrapassado com acerto e prudência, mas o curso não foi incluído na avaliação conjunta dos cursos de comunicação.

O segundo elemento, em que nos parece ver, um indicador de indefinição, é a própria designação da Comissão e seu objecto, a saber: Comissão de avaliação externa dos cursos de ciências e tecnologias da Comunicação. O episódio evocado no parágrafo anterior poderá estar relacionado com este elemento, a nosso ver, susceptível de indesejável equívoco.

Baste-nos, por agora, relevar estes dois elementos destacados pelas comissões de avaliação do ensino. Um e outro nos parecem importantes para a análise e avaliação crítica dos programas de investigação em ciências da comunicação, a questão da nossa reflexão.

3.2. A avaliação da investigação

A política nacional para a investigação científica tem, desde alguns anos, na Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), o principal organismo de promoção e regulação. Enquadrou-se, durante algum tempo no Ministério da Ciência e da Tecnologia, Mais recentemente, a política do Ensino Superior e das Universidades veio a integrar-se no mesmo Ministério, tendo transitado do Ministério da Educação, onde antes se integrava. Não é o momento nem temos a necessária competência para aprofundar e interpretar esta evolução, mas parece conveniente tê-la presente, como contexto relevante para o nosso tema da relação “ensino-investigação”. O enquadramento político do ensino e da investigação num mesmo ministério poderá contribuir mais facilmente para a sua melhor conjugação.

Baste-nos por agora, referir que, em matéria de investigação, a Universidade e a Fundação mantêm a sua respectiva autonomia. Os Centros de investigação instituídos nas Universidades têm com a Fundação uma relação contratual, que inclui a criação e o acompanhamento programático através da avaliação e correlativo financiamento. Era este tópico da avaliação que nos importava ter aqui presente, para sublinhar algumas indicações da recente avaliação, em 2004, do conjunto dos Centro de Investigação da área de Ciências da Comunicação. Três notas nos parecem de interesse para o presente propósito:

1ª – Número e nome dos centros avaliados¹⁶

Oito centros, na sua maior parte de instituição recente, dão-nos a indicação do carácter debutante da actividade organizada e programática da investigação na área no seio das Universidades. É verdade que nem todos estes centros se encontram directamente associados a programas de ensino universitário da comunicação, por parte dos seus membros (caso do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade, cuja entidade de gestão de financiamento é a Fundação da Universidade de Lisboa, e cujo âmbito científico não se limita à área de comunicação).

Os nomes dos Centros podem oferecer indicação útil, embora apenas indicial, sobre a cobertura temática da área.

Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens (CECL), (Associado a Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Ciências da Comunicação);

Unidade de Investigação em Comunicação e Arte (ÚNICA), (Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte);

Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa;

Centro de Estudos das Tecnologias, Artes e Ciências da Comunicação (CETA.COM), (Faculdade de Letras da Universidade do Porto);

Centro de Investigação Media e Jornalismo (Investigadores associados a diferentes Instituições Universitárias, Departamentos e Escolas de Comunicação);

LABCOM – Laboratório de Comunicação e Conteúdos On-line (Departamento de Comunicação e Artes da Universidade da Beira Interior);

CICANT – Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (Universidade Lusófona e Departamento de Ciências da Comunicação) ;

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho e Departamento de Ciências da Comunicação).

2ª Resultados da avaliação

As classificações: dos oito centros, três foram avaliados com Bom (Good), quatro como Regular (Fair), um como Muito Bom (very Good). Aparece claramente o reconhecimento positivo pois não há nenhum centro com resultado negativo. O caminho aberto vai no sentido certo. A ligação, em geral, destes centros ao ensino, projecta certamente nele o seu nível de qualidade.

O relatório do painel¹⁷ comenta o processo e resultados da avaliação com elementos esclarecedores e úteis para a nossa análise. Sem deixar de realçar o explícito reconhecimento do mérito da actividade dos centros, retomaremos apenas três indicações: a) sobre a largueza do campo das ciências da comunicação (ponto 1): “While the boundaries of this field are necessary flexible, and encompass a diversity of activities across the humanities and social sciences, at present we feel this diversity is not sufficiently disciplined within the panel structure and the expectations signaled to

researchers by the FCT.”; b) sobre os critérios explícitos: “Criteria for evaluation should be more explicit and detailed, and weighted where necessary. For example the expectation that applicants should have a record of publication in international peer refereed journals, if taken inflexibly, would rule out most applicants immediately.”; c) a natureza da investigação e sua conexão com o ensino (entre outras actividades): “Research is normally understood to mean original investigation producing new knowledge or understanding. It is distinct from performance, scholarship, product development, and archival work, though it may include or overlap with of these.”

As citações um pouco longas pareceram-nos justificar-se na medida em que tocam traços de grande relevância, não apenas em relação à investigação, mas também ao ensino, já que, na acção real, a qualidade de uma se projecta na do outro. Pelo menos, na concepção definida estatutariamente para o ensino superior universitário. Seria conveniente abrir aqui uma distinção sobre a mudança, já em eventual curso adiantado no actual ensino universitário, ou na sua prevista evolução em associação ou não com o programa de Bolonha. Tratar-se-ia, daquilo que, por vezes, alguns apelidaram de “ensino de massas” (?!). Não podendo desenvolver agora o tópico, assinalamos a sua pertinência para a nossa reflexão. É que esse ensino, na verdade, deixaria de se enquadrar propriamente, na concepção da natureza dos graus académicos e respectivos planos de estudo, bem como na definição estatutária dos professores de carreira do ensino público. Poderá isso pensar-se com sentido para o previsto 1º ciclo da formação segundo Bolonha? Nessa caso, haverá que averiguar se não estamos perante um ciclo de formação ao nível da instrução, e não ao nível da formação científica. Faria sentido, nessa hipótese, projectar a relação de ensino-investigação científica até há pouco própria do ensino universitário para os outros níveis, ou ciclos especializados, a saber os dos graus de mestrado e de doutoramento.

4. A investigação, em primeiro lugar.

O périplo pelos pontos anteriores teve como desígnio e pretensão alcançar o reconhecimento e a consequente defesa da prioridade da investigação. Não vemos, fora disso, futuro assegurado para as ciências da comunicação, quer como campo de investigação científica, quer como domínio de ensino académico.

A avaliação do ensino superior universitário, testemunho valioso da história da sua criação e desenvolvimento, trouxe-nos pertinentes indicações sobre algumas das suas deficiências que a sistemática investigação científica poderia facilmente colmatar. Como este ensino se poderia ter constituído em formas mais adequadas, se os seus

programas e objectos de estudo tivessem sido formulados a partir de orientações já existentes da investigação científica no domínio da comunicação! Do mesmo modo, não parece duvidoso que o desenvolvimento histórico do ensino obtenha da própria e continuada investigação a sua mais adequada fonte de regulação. Falamos, sublinhe-se mais uma vez, do ensino universitário, com a definição e estatuto que nos foi transmitida, e com a forma de existência histórica de que fizemos profissão e razão de vida. É de tal concepção que julgámos poder tirar critério para a revisão crítica dos programas de investigação em ciências da comunicação, matéria da nossa reflexão.

Duas dimensões do campo das ciências da comunicação, sem prejuízo de outras também relevantes, nos parecem, nas actuais circunstâncias, requerer a particular consideração dos investigadores de comunicação e seus organismos de coordenação. Elas vão ao encontro de orientações que recolhemos da avaliação do ensino e da investigação, mais atrás explicitadas. Referimo-nos por um lado, ao lugar prioritário que as comissões, reconhecem à investigação, da cuja qualidade se deriva a própria competência dos docentes, e, conseqüentemente, a qualidade dos programas de estudo. Por outro lado, vimos que a investigação e o ensino da comunicação se desenvolvem e valorizam à medida que o seu objecto conceptual específico se define com maior propriedade e, correlativamente, se recortam com maior adequação os respectivos campos de análise, compreensão e regulação da comunicação na realidade social. Somos dos que pensam que não é coisa de somenos procurar arduamente e de forma permanente a progressiva prosseguir a construção da adequada definição formal e material da nossa área científica. Nesse sentido nos debruçámos há pouco sobre este tópico, em comunicação apresentada ao IV-SOPCOM, em Outubro de 2005, “Teoria da Comunicação: Tendências e Actualidade”¹⁸. Aí sublinhámos a vantagem de definições inequívocas e operatórias, a exemplo do que propôs, por exemplo, Rosengren (2000)¹⁹, como aí referimos. A exemplo de outras, que nos precederam, só, assim, a nossa área conquistará lugar próprio no concerto das ciências, um lugar, não o podemos esquecer, que não é garantido senão pela efectiva capacidade de criação e de transmissão de saber novo, renovado e fecundo.

5. Conclusão

Mais que uma conclusão, que julgamos de fácil evidência, na reflexão expressa, propomos uma ilustração da actualidade do tema, no contexto que estamos a viver, da famosa aplicação da Declaração de Bolonha.

5.1. O Conselho de Reitores e as áreas científicas do ensino.

Na versão de 14 de Novembro de 2005, o documento do CRUP “Ensino Superior, Consolidação da Oferta Educativa” situava cursos tais como “Multimédia”, “Design”, “Cinema”, actualmente ministrados, embora não exclusivamente, é certo, em Cursos de Comunicação, no âmbito das Artes e Humanidades. Por outro lado, dispunha cursos de “Ciências da Comunicação”, “Ciências da Informação e Documentação”, “Marketing”, “Jornalismo”(?) no âmbito das Ciências Sociais e Jurídicas. Não retomamos aqui uma distinção feita pelo documento entre cursos de formação inicial com acesso a formações complementares ou sequenciais (Mestrados) e cursos com saída directa para a vida activa.

O documento refere que tomou em consideração a Portaria nº 256-2005, de 16 de Março e a sua “classificação nacional das áreas de educação e formação”. Note-se que nesta não encontramos o nome/classe de Ciências da Comunicação. Entretanto, vimos “Informação e Jornalismo” e “Jornalismo e Reportagem” como sub-área de Ciências Sociais. Já “Audo-Visuais e Produção dos Media” surgem em Artes e Humanidades, tal como “Artes do Espectáculo”, “Design”, “Artesanato”. “Marketing e Publicidade” figura enquadrado em Ciências Empresariais.

5.2. A proposta da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação

O documento do CRUP acima referido, motivou uma reacção de vigorosa crítica da Associação da Portuguesa de Ciências da Comunicação, formulada na sequência de uma reunião, para o efeito convocada, de Sócios e, particularmente, de directores e representantes de cursos de ciências de comunicação. A posição da SOPCOM, sem deixar de propor a promoção de um estudo cientificamente orientado, a ser realizado por comissão científica independente, foi difundida através de comunicação do seu Presidente, em 16-01-06, da qual vamos referir, apenas, a terminologia para a área – “Ciências da Comunicação”, abrangendo as seguintes Especializações:

- Investigação; - Jornalismo; - Publicidade; - Comunicação Organizacional/Relações Públicas; - Publicidade e Marketing; - Multimédia; - Artes Digitais; - Design de Comunicação; - Cinema; - Estudos Culturais.

Não cabe aqui e agora proceder a comentários adequados. Certamente que ambas as instâncias encontraram fundamentos e fins plausíveis para as suas posições. Sublinhe-se o compreensível apelo da SOPCOM para o competente estudo do assunto, cuja relevância e actualidade no contexto da aplicação do programa-projecto de Bolonha ganharam novo vigor.

Mais aguda se mostra a necessidade de labor analítico, para o qual importa descobrir e aperfeiçoar aquele tipo de métodos e critérios cuja indagação motivou a presente reflexão que aqui fica, compreensivelmente, inacabada.

Aníbal Alves

Universidade do Minho, Janeiro de 2006.

-
- 1 J. Garcia e J. Castro (1993), “Os Jornalistas Portugueses”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1993.
 - 2 J. Garcia (1994), “Principais Tendências da evolução do universo dos Jornalistas Portugueses”, *Vértice*, 60, Lisboa, 1994.
 - 3 M. Mesquita (1994), “A Educação para o Jornalismo”, Comunicação ao II Congresso dos Jornalistas de Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Dezembro de 1994.
 - 4 A. Rodrigues (1994), “O estado do ensino e da investigação da Comunicação em Portugal: a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa”, in M. Parés i Maicas (ed.), *Cultura e Comunicação Social: América Latina e Europa Ibérica*, Universitat Autònoma de Barcelona, 1994, p.77.
 - 5 A. Alves (1995), “Communication Sciences in Portugal”, *Sigma Conference*, European Universities Network, Siena, 1995, p.180, s.
 - 6 M. Mesquita e Cristina Ponte (1996), *Situação do Ensino e da Formação Profissional na área do Jornalismo*, Representação da Comissão Europeia em Portugal, Lisboa 1996. Pode ser consultado em Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação «www.bocc.pt», A. Fidalgo (Dir.).
 - 7 Joaquim Fidalgo (1998), *Guia dos Cursos de Comunicação Social*, Cadernos Público na Escola, Público, 1998.
 - 8 Manuel Pinto e Helena Sousa (1998), “Journalism Education in Portugal”, in R. Frohlich, Ed., *Journalism Education in Europe and North América*, Hampton Press, 1998.
 - 9 José Rebelo (2002), “O ensino e a investigação das ciências da comunicação em Portugal”, *Trajectos*, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, ISCTE e Editorial Notícias, Lisboa, 2002, p. 11, s.
 - 10 Manuel Pinto (2004), “O ensino e a formação na área do Jornalismo em Portugal”, *Comunicação e Sociedade*, 5, (2004), Revista do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Edição de Campo das Letras, Porto, 2004, p.9, s.
 - 11 Joaquim Fidalgo (2004), *Ibidem*, p. 63, s.
 - 12 Fernando Cascais (2004), *Ibidem*, p. 79, s.
 - 13 Ver ECCO, “*Encontro dos Cursos de Comunicação*”, Informação nº 1, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Maio, 1995.
 - 14 Ver o sítio da Associação dos Institutos Superiores Politécnicos Portugueses – ADISPOR, «<http://www.adispor.pt>».
 - 15 Ver o texto em «<http://www.fup.pt/admin/fup/docs/ca/rsg>».
 - 16 Ver os documentos em referência no sítio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, «<http://www.fct.mces.pt/apoios/unidades>».
 - 17 Ver o texto no sítio da FCT «<http://www.fct.mces.pt/unidades/relatórios2005>»
 - 18 Aníbal Alves (2005), “Teoria da Comunicação – Tendências e Actualidade”, 4º SOPCOM, *Repensar os Media: Novos Contextos da Comunicação e da Informação*, Comunicação inserida na Mesa Temática Teorias da Comunicação, Universidade de Aveiro, 21 de Outubro de 2005.
 - 19 Karl E. Rosengren (2000), *Communication*, Sage, London, 2000.